

RENATA LANE

ACORDOS NA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA



*Termo de ajustamento de conduta,
acordo de não persecução cível
e acordo de leniência*

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2021

Copyright © 2021 by Renata Lane

Categoria: Direito Administrativo

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Rômulo Lentini

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer
meio ou processo, inclusive quanto às características
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

L265a

Lane, Renata

Acordos na improbidade administrativa : termo de ajustamento de
conduta, acordo de não persecução cível e acordo de leniência / Renata
Lane. – Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2021.

300 p. ; 23 cm.

Bibliografia : p. 259-276.

ISBN 978-65-5510-641-1

1. Improbidade administrativa. 2. Direito administrativo sancionador.
3. Acordo de leniência. 4. Ajustamento de conduta. 5. Consensualidade.
I. Título.

CDD 342

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

Sumário

Introdução.....	1
Capítulo I - Microsistema Processual Civil de Tutela da Probidade na Administração Pública.....	7
1.1 Improbidade Administrativa. Fundamentação constitucional. Direito fundamental ao governo honesto	7
1.2 Convenções Internacionais de combate à corrupção.....	23
1.3 A tutela da probidade administrativa. Microsistema processual civil	29
Capítulo II - Consensualidade como Novo Paradigma da Solução de Conflitos	45
2.1 Legislação sobre resolução negocial de controvérsias no campo da Administração Pública.....	54
Capítulo III - Consensualidade e Administração Pública.....	63
3.1 A revalorização da consensualidade na atividade administrativa e a redução da atuação unilateral	63
3.2 Destaques a alguns diplomas legais admitindo a consensualidade no Direito Administrativo.....	78
3.3 Participação do administrado, cidadania e consensualidade.....	89
Capítulo IV - Consensualidade no Direito Administrativo Sancionador.....	95
4.1 Delimitação do Direito Administrativo Sancionador e sanções objeto de estudo	95
4.2 Consensualidade e Direito Administrativo Sancionador	103
4.3 Consensualidade, pragmatismo e eficiência	110

Capítulo V - Consensualidade no Domínio da Improbidade Administrativa ..	119
5.1 Improbidade Administrativa como sistema de responsabilização	119
5.2 Lei Geral de Improbidade Administrativa e Lei de Improbidade de Pessoas Jurídicas.....	122
5.3 A problemática da celebração do acordo no domínio da improbidade administrativa antes do advento da Lei n.º 13.964/2019	135
5.4 Divergência doutrinária – alguns posicionamentos.....	140
5.4.1 Pela admissibilidade de acordos	140
5.4.2 Pela inadmissibilidade de acordos	143
5.5 Não conversão da previsão da Medida Provisória n.º 703, de 18/11/2015. Inexistência de autorização expressa como fundamento para impossibilidade de celebração de acordo na Lei n.º 8.429/92	144
5.5.1 Art. 17, § 1º, da antiga redação da Lei n.º 8.429/92 e Princípio da especialidade da norma especial sobre a norma geral.....	146
5.6 Imperativo de coerência sistêmica – congruência do microssistema da tutela da probidade administrativa. Possibilidade de celebração de acordo em matéria penal e acordo de leniência com a pessoa jurídica	147
5.7 Conclusão sobre a possibilidade de celebração de acordo na vigência da antiga vedação do § 1º do art. 17, Lei n.º 8.429/92	150
Capítulo VI - Modalidades de Acordos no Domínio da Improbidade Administrativa	153
6.1 Acordos sem Repercussão Sancionatória.....	153
6.1.1 Termos de Ajustamento de Condutas.....	153

6.1.2 Acordos de ressarcimento de danos causados ao Erário.....	160
6.1.3 Outros acordos	165
6.2 Acordos com Repercussão Sancionatória.....	168
6.2.1. Acordo de não persecução cível e solução consensual na nova redação da Lei Geral de Improbidade Administrativa.....	176
6.2.1.1 Histórico da norma: processo legislativo	177
6.2.1.2 A nova redação da Lei Geral de Improbidade Administrativa e as possíveis interpretações de solução consensual	184
6.2.1.3 Requisitos para celebração do ANPC	189
6.2.2 Acordo substitutivo de sanções.....	202
6.2.2.1 Acordos de cessação de prática de ato de improbidade.....	204
6.2.2.2 Termo de Ajustamento de Conduta	211
6.2.3 Acordos como técnica especial de investigação.....	213
6.2.3.1 Acordo de Leniência	218
6.2.3.2 Colaboração premiada	230
Capítulo VII- Conclusão	235
Capítulo VIII – Referências Bibliográficas	259